

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.404.080 - PR (2018/0309613-1)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
AGRAVANTE : MARYENE BITTENCOURT FAVERO
ADVOGADOS : BRUNO FERNANDO MARTINS MIGLIOZZI - PR019497
MARCELO AUGUSTO DA SILVA FONTES - PR034768
AGRAVADO : MARIO SERGIO KECHE GALICIELLI
ADVOGADO : FILOMENA CECILIA DUARTE - PR029845

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL (CPC/2015). EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. PENHORA DE CRÉDITO ORIUNDO DE CONTRATO DE PARCERIA AGRÍCOLA. ALEGAÇÃO DE IMPENHORABILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. VEDAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo manejado por MARYENE BITTENCOURT FAVERO em face da decisão que inadmitiu recurso especial interposto com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim resumido:

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. PENHORA DE CRÉDITO PROVENIENTE DE CONTRATO DE PARCERIA AGRÍCOLA. ALEGAÇÃO DE IMPENHORABILIDADE. CRÉDITO DE NATUREZA COMUM, NÃO ALBERGADO PELAS EXCEÇÕES LEGAIS. ADEMAIS, AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE QUE A PENHORA É FEITA EM PREJUÍZO DA RECORRENTE OU DE SUA FAMÍLIA, DE MODO A GERAR SITUAÇÃO INCOMPATÍVEL COM A DIGNIDADE HUMANA. RECURSO DESPROVIDO (e-STJ fl. 90).

Nas razões do especial, a recorrente, além de apontar dissídio jurisprudencial, alegou que houve violação dos arts. 805, 833 e 867 , IV, do CPC.

Superior Tribunal de Justiça

Sustentou a impenhorabilidade do valor constrito, consubstanciado em crédito proveniente de contrato de parceria agrícola, e defendeu a tese de que a execução deve se dar pelo modo mesmo gravoso para o executado.

Asseverou não ser proprietária de outros bens móveis e/ou imóveis, nem possuir outra fonte de renda que não a oriunda do arrendamento em questão.

Argumentou que, em caso de manutenção da penhora do arrendamento, a constrição deveria recair sobre 20% do rendimento líquido, de forma a possibilitar a manutenção de suas necessidades básicas e dignidade humana.

Ao final, aduziu que houve a comprovação do caráter alimentar dos valores penhorados.

Requeru a aplicação, por analogia, da Súmula 486/STJ, na espécie.

Foram apresentadas contrarrazões às fls. 169/175 (e-STJ).

Inadmitido o apelo nobre (e-STJ fls. 178/179), vieram os autos conclusos em decorrência da interposição do agravo de fls. 187/205 (e-STJ).

Impugnação às fls. 230/234 (e-STJ).

É o relatório.

Passo a decidir.

Inicialmente, registre-se que o recurso em análise foi interposto contra decisão publicada na vigência do Novo Código de Processo Civil, de forma que deve ser aplicado ao caso o entendimento firmado no Enunciado Administrativo n. 3 do Plenário do STJ, segundo o qual *"aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC"*.

A irresignação não merece prosperar.

O Tribunal Estadual, soberano na análise dos elementos informativos do feito, assim se pronunciou acerca da impenhorabilidade arguida pela recorrente:

7. Ocorre que o objeto da penhora contra a qual se insurge não se encontra previsto no rol de exceções legais, pois se

Superior Tribunal de Justiça

trata de crédito originário de contrato de arrendamento de terras, vale dizer, crédito de natureza comum.

Nesse sentido, da agravante é o ônus da prova a fim de demonstrar, de modo inequívoco, que o montante em questão é imprescindível para a sua subsistência e, com isso, seu caráter alimentar.

8. Em terceiro lugar, entende-se que a prova documental anexada nos autos não é suficiente a embasar o seu pedido.

9. Embora os comprovantes juntados demonstrem parte das despesas mensais que a agravante possui e que, a princípio, não é proprietária de outros bens, observou-se que a recorrente é casada, porém nada consta a respeito das informações financeiras do seu cônjuge.

10. Veja-se que, pelo casamento, ambos os cônjuges passam a ser mutuamente responsáveis pelos encargos da família, bem como assumem o dever de sustento dos filhos (CC, art. 1.565, caput; art. 1.566, IV).

11. Dessa forma, não se pode dizer, sem dúvida razoável, que a penhora desse crédito de natureza comum é feita em prejuízo da recorrente e da sua família ou mesmo que esteja gerando uma situação incompatível com a dignidade humana.

12. Sobre a necessidade de prova este Tribunal de Justiça já decidiu (cita-se):

(...)

13. Ademais, observa-se que toda execução gera naturais consequências gravosas ao executado.

Ainda, anota-se que este Relator, nos autos de Agravo de Instrumento nº 1.723.860-9, indeferiu o pedido de justiça gratuita formulado pela recorrente nos autos de embargos vinculados à execução, o que se deu também por ausência de prova documental.

14. Por fim, igualmente, não se fala em limitação do percentual objeto da penhora, pelos mesmos motivos que levaram à rejeição do argumento da impenhorabilidade. Ora, não tendo o crédito proteção legal expressa e não comprovado que ele se enquadraria, de modo extensivo, às hipóteses legais, não há fundamento para limitar o percentual da penhora, uma vez que faz parte do patrimônio da recorrente e, por isso mesmo, responde pelo cumprimento das suas obrigações (e-STJ fls. 93/96).

Por sua vez, a recorrente alegou que "logrou êxito em demonstrar que, a renda da parceria agrícola é utilizada para a sua subsistência e de sua família (em especial os dois filhos menores impúberes um deles em idade de

Superior Tribunal de Justiça

amamentação frise-se), máxime diante da absoluta ausência de manifestação do recorrido neste sentido" (e-STJ. fl. 120).

Portanto, não há dúvidas de que, para afastar as premissas firmadas pela Corte de origem, assim como para aferir a alegação da recorrente, seria indispensável o reexame do conteúdo fático-probatório dos autos, procedimento vedado em sede especial, conforme dispõe a Súmula 7/STJ.

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator

